

David Canabarro, o antiherói imperial na guerra contra o Paraguai

Wagner Cardoso Jardim¹

Resumo: A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em sua totalidade, esteve por muito tempo mal explicada, com interpretações historiográficas deficientes ou de caráter duvidoso. Inúmeros acontecimentos daquele conflito ainda esperam por melhores análises. Nesse breve artigo buscamos compreender, a luz da documentação que conseguimos, qual a participação efetiva do general David Canabarro, chefe político Liberal e quase uma unanimidade militar no Rio Grande do Sul, para o improvável sucesso da invasão dos paraguaios à província sulina, em junho de 1865. Buscamos entender como uma zona com grande histórico belicista, que contava com milhares de soldados e oficiais da Guarda Nacional foi entregue ao exército invasor, sem a menor resistência. David Canabarro, Comandante Superior da Fronteira, foi extremamente inerte.

Palavras chaves: David Canabarro, Guerra da Tríplice Aliança, Fronteira.

Abstract: The War of the Triple Alliance against Paraguay, in its totality, was for a long time ill-explained, with historiographical interpretations deficient or dubious. Countless events in that conflict still await further analysis. In this brief article we must understand, in the light of the documentation we have obtained, the effective participation of General David Canabarro, Liberal political chief and almost a military unanimity in Rio Grande do Sul, for the unlikely success of the Paraguayan invasion of the southern province in June of 1865. We sought to understand how a zone with a great history of war, which had thousands of soldiers and officers of the National Guard, was handed over to the invading army without any resistance. David Canabarro, Superior Commander of the Border, was extremely inert.

David José Martins, que adotou posteriormente o sobrenome “Canabarro”, da família paterna, nasceu em agosto de 1796, em Taquari, RS, onde os pais, descendentes dos primeiros casais açorianos chegados ao sul do Império, fixaram residência. Seguiu, desde muito cedo, a carreira das armas, provavelmente inspirado pelo pai, tenente do exército lusobrasileiro.² Participou das lutas contra os revolucionários liderados por José Atibas, pela independência e autonomia da Banda Oriental e depois, de todos os conflitos platinos do século 19. Nessa condição conseguiu fama e riqueza, tornando-se um dos maiores criadores de gado da metade sul do Rio Grande. Foi um dos líderes da sedição farroupilha, do decênio 1835-45.

¹ E formado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. É mestre em História pelo Programa de pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo - UPF, bolsista FAPERGS. Está cursando o doutorado, com bolsa CAPES também na UPF.

² CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro: de tenente a general*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.p.23.

Em 1843 assumiu o comando do exército rebelde, após divergências internas.³ No ano seguinte, já as vésperas do acordo com os monarquistas, protagonizou uma das maiores crueldades daquele conflito. Em conluio com oficiais imperiais, planejou o desarmamento dos *Lanceiros Negros*, que lutavam no exército farroupilha, atacados e mortos durante a noite.⁴ Anos depois voltaria a combater ao lado dos imperiais, na guerra contra Juan Manoel de Rosas, 1851 e na Guerra contra o Paraguai, 1864-70.

O término da Farroupilha foi benéfico a muitos dos comandantes rebeldes. David Canabarro, por exemplo, saiu tão capitalizado da mesma que, em sociedade com o tio, Antônio Ferreira Canabarro, aumentou suas terras em Santana do Livramento. Em 1846 adquiriram nada menos que a “Sesmaria de São Gregório”⁵ No ano seguinte a sociedade foi desfeita e David Canabarro ficou com a Estância São Gregório. A medida que as instabilidades na fronteira aumentavam, o patrimônio também crescia. Posteriormente em sociedade com o irmão - João Martins - David Canabarro, que também era comandante da fronteira, adquiriu mais e mais frações de campo, avançando suas propriedades, inclusive em território uruguaio.⁶

Na condição de comandante Superior da Guarda Nacional, cargo que ocupou, salvo engano, desde 1846 até sua suspensão no final de 1865, após a desastrosa defesa da fronteira oeste, Canabarro concentrava ilimitado poder político.⁷ Quando os paraguaios invadiram a fronteira do Rio Grande do Sul, David Canabarro era comandante Superior do 6º comando da Guarda Nacional - Quaraí, Livramento, Alegrete e Uruguaiana. Nessa condição lhe caberia a organização da defesa, na qual falhou vexatoriamente.

Comandante da primeira divisão

Em janeiro de 1865, David Canabarro foi escolhido para comandar a 1ª divisão ligeira do Exército que operaria na defesa da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. De acordo com Francisco Felix Pereira da Costa, “houve, da parte do ministério de 31 de

³ QUEVEDO, Julio. *História Compacta do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.p.47.

⁴ MAESTRI, Mario. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.p.170.

⁵ CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro*. Ob.cit.p.153.

⁶ Id.ib.p.157.

⁷ PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha Sul-rio-grandense (1852-1867)*. 2012. 414f. Tese (doutorado em História), Unissinus, São Leopoldo.2012.p.357.

agosto (do partido Liberal), falta de habilidade na escolha dos oficiais gerais que deviam comandar as tropas” no Rio Grande do Sul.⁸ A questão, porém, é mais complexa do que a somente proposta. Não se tratava de inabilidade na escolha. A nomeação de David Canabarro e de outros comandantes refletiu o compromisso do novo governo imperial, naquele momento nas mãos dos liberais, com a classe proprietária e setores liberais da província.

Ninguém, no Rio Grande, contestaria a nomeação de David Canabarro para comandar uma divisão do exército. Experiente militar, líder farroupilha, comandante superior da Guarda Nacional na fronteira de Quaraí e Missões, liderança política de prestígio e rico proprietário de terras, gado e cativos. Detinha os requisitos para ser “bom” comandante. Porém, pouco se sabe sobre as circunstâncias em que se deu tal nomeação. Em dezembro de 1864, João Propício Menna Barreto, comandante do 1º Corpo do Exército que operaria contra o governo uruguaio, ordenava que David Canabarro lhe enviasse 1.500 cavalos e se preparasse para no primeiro aviso marchar e juntar-se ao exército no Uruguai, o velho rio-grandense, liberal histórico, comunicou imediatamente ao presidente da província, seu partidário, como que exigindo socorro.

Após ponderar sobre a ordem recebida, o sexagenário David Canabarro, então apenas comandante superior da Guarda Nacional de Quaraí e Missões foi promovido. Em 29 de dezembro, em resposta, recebeu ordens do presidente João Marcellino Gonzaga de “ativar a organização da 1ª divisão, ordenando que se conservasse vigiando a fronteira.”⁹ Com isso, David Canabarro poderia ficar, ao que pensava, descansado para continuar lidando com seus negócios enquanto organizava, sem pressa, a tal divisão que operaria na invasão ao Paraguai. No entanto, quando se processou a invasão não havia nada organizado, as tropas não estavam reunidas, não havia armamentos suficientes, etc.

Além disso, nenhuma autoridade, tanto imperial quanto provincial, acreditava, até o ataque paraguaio a Corrientes, que alguma ameaça pudesse vir sobre o sul do Império. Assim, a conformação das divisões, sob o comando de David Canabarro e Francisco Pedro de Abreu, atendia muito mais a objetivos políticos do que militares. Por seu turno, a elite

⁸ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Livraria A.G. Guimarães & C., 1870..vol.2..p.223.

⁹ JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*. Ob.cit.p.89.

militar da província, tanto da Guarda Nacional quanto de 1ª Linha, via na guerra muito mais uma grande oportunidade de garantir elevados lucros, seja na venda de gado ao Estado, seja na passagem de gado da Banda Oriental ou ainda falsificando documentação de tropas e víveres.

Atuação de Canabarro antes da invasão

É nítido, ao analisar sistematicamente a correspondência do referido comandante, como sua opinião sobre os acontecimentos e sua postura frente aos fatos mudaram frequentemente, durante a evolução da guerra. Em 20 de janeiro, há menos de um mês no comando da divisão, em correspondência ao general Lopo de Almeida Henriques Botelho e Mello, comandante das forças em guarnição na província, alertava sobre possível organização de forças paraguaias na fronteira argentina. A informação era verídica, os paraguaios já se organizavam.¹⁰ Acreditava que logo aquelas forças estariam na margem direita do rio Uruguai na fronteira com o Rio Grande do Sul. Disso, as autoridades imperiais já tinham notícias há muito tempo.

David Canabarro propunha que se os paraguaios chegassem a investir sobre a fronteira do rio Uruguai teriam facilidade em cruzar, pois naquele momento o rio estava baixo. Para David Canabarro: “Nada pode obstar, visto que não temos guarnição marítima” e por isso deveriam preparar a defesa do lado esquerdo do rio. A essa época, ou seja, cinco meses antes da invasão, o comandante tinha pleno conhecimento da precariedade da defesa e julgava real a chance de invasão. Porém, a esta altura, David Canabarro estava aparentemente radiante e esbanjava confiança. Solicitava armamentos e munições para a Guarda Nacional que, segundo ele, pegou em “ armas voluntariamente e com entusiasmo”.¹¹ Pelo jeito, isso não passou de retórica e é possível que esses homens ainda nem tivessem sido arrolados.

Um mês após as primeiras informações de provável ameaça paraguaia, David Canabarro, informava ao presidente da província, João Marcellino de Souza, que o real perigo se acercava. Em 20 de fevereiro, o comandante, já com números mais ou menos

¹⁰ MAESTRI, Mario. *Guerra sem fim. A Tríplice Aliança contra o Paraguai: A Campanha Ofensiva 1864-1865*. Porto Alegre: FCM, 2017. p.217.

¹¹ CANABARRO, correspondência do general David. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.2.

precisos, advertia ao governo provincial que os paraguaios marchavam para essa fronteira com cerca de 10 mil homens. Assegurava que “com a chegada dos corpos, batalhões e artilharia” que esperava, “e os existentes” teriam como “fazer o recebimento de tais hóspedes”. Assegurava: “Não nos incomodarão muitos dias [...]” Ou seja, desde muito tempo Canabarro tinha informações exatas da força que deveria invadir a província. Chama especial atenção nessa correspondência, o pedido de David Canabarro para que o presidente da província autorizasse a admissão das forças do “nosso aliado [Venâncio] Flores e ao correspondente pagamento das etapas”.¹² O pretense auxílio do general uruguaio seria, com frequência, utilizado por Canabarro para evitar confrontos com os paraguaios.

Essa estranha solicitação ocorreu no mesmo dia em que, no Uruguai, firmava-se o protocolo de paz entre o Império e a República Oriental. O pedido era que a etapa daquela força fosse paga pelos cofres imperiais, o que torna a situação inusitada. David Canabarro e Venâncio Flores mantinham laços de amizade e afinidade política. Em 1864, o governo uruguaio - depois deposto com a ajuda diplomática-militar imperial - já denunciava o auxílio do general rio-grandense, à “Revolução” florista. Meses mais tarde, em maio de 1865, firmava-se a Tríplice Aliança e somente ali, oficialmente, o general uruguaio seria aliado do Império.

João Marcellino registrou recebimento de informações do conselheiro Paranhos, desde Montevideu, sobre a possibilidade de invasão paraguaia ao Rio Grande. Destacou, entretanto, que “estavam longe de confirmarem esses intentos de invasão”, pelo contrário, dizia “diminuir as probabilidades”,¹³ Isso seguramente inspirado nas informações que recebia da fronteira.

Já em março, as suspeitas de que os paraguaios investiriam contra o Rio Grande do Sul, em lugar ainda incerto, estavam prestes a se materializarem. David Canabarro, mudando drasticamente de opinião, desacreditava tal hipótese. Trabalhava com a possibilidade, não de todo errado naquele momento, de que caberia ao exército imperial a iniciativa das ações militares contra o Paraguai. O comandante propunha boa organização

¹² Loc.cit.

¹³ GONZAGA, Correspondência de João Marcellino. DOCUMENTOS relativos a invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.22.

dessas forças, em solo riograndense - seu habitat - para somente em momento oportuno iniciar a ofensiva. David Canabarro escrevia ao comandante das armas opinando que não deveriam marchar sobre o Paraguai durante o inverno.

Acreditava que para armar e preparar o exército ainda levaria muito tempo. Mesmo já contando com uns quinze mil no Uruguai e com seu alardeado contingente de oito mil. Propunha que devessem “invernar, aprontar o que [fosse] preciso para entrar no verão seguinte” no Paraguai. Canabarro, rico fazendeiro, possuía milhares de cabeça de gado e cavalos que poderiam abastecer o exército e lucrar muito com isso. Defendia que o mais acertado era “fazer uma internada de cavalladas em Missões, onde há campos bons, não faltando sal, e outra por cá [Uruguaiana/Livramento?], ou mesmo no Estado Oriental [...]” Ao mesmo tempo e justificando sua proposição, reclamava aos superiores a remessa de fardamento e armas para a divisão que comandava. Questionava: “com as tropas nuas havemos de sair fora do país no inverno?”¹⁴ Reclamação que, apesar de verdadeira, servia mais como desculpa para não agir do que outra coisa.

Com o passar dos dias, tornavam-se contundentes as notícias de preparação e marcha do exército paraguaio sobre a fronteira do Rio Grande do Sul. David Canabarro não escondia sua desaprovação com a presença do exército imperial de primeira linha e de tropas auxiliares em território uruguaio, mesmo depois de concluídas as operações. Julgava que doze mil homens, no Uruguai, era exagero, quando “cinco mil bastavam”.¹⁵

Em carta de 19 de abril, David Canabarro informava ao presidente da província que permaneceria acampado “no município da Uruguaiana”, onde pudesse “com presteza acudir a esta ou à fronteira de Missões”, enquanto não voltassem do Uruguai, pelo menos os corpos de cavalaria.¹⁶ Em verdade, Canabarro nunca afastou-se muito de sua fazenda *São Gregório*, em Santana do Livramento, onde estabeleceu a sede da comandância da

¹⁴ CALDWELL, Correspondências de João Frederico. Em: Documentos relativos à invasão [...]Ob.cit.p.2.

¹⁵ CANABARRO, Correspondência de David. Em: Documentos relativos à invasão [...]Ob.cit.p.32.

¹⁶ Loc.cit.

fronteira.¹⁷ Usava as rivalidades políticas para manter-se inativo, acampado próximo à sua fazenda.¹⁸

Esperando ordens

Em 25 de abril, informando novamente ao presidente da província a aproximação dos paraguaios, dizia com tranquilidade que, se não pudesse impedir a passagem, iria “receber os visitantes” e que seria “fortuna tê-los deste lado do [rio] Uruguai”.¹⁹ As autoridades provinciais ainda discutiam a necessidade ou não, de atravessar a fronteira para combater os paraguaios. Porém, despreocuparam-se em, primeiro, reforça-la.

Em 13 de maio, o general João Frederico Caldwell, comandante interino das armas, estava em Rio Pardo coordenando preparativos para marcha do 5º Batalhão de Voluntários. João Marcellino, em carta àquele comandante, buscava isentar-se da responsabilidade de uma operação mal sucedida fora da fronteira. Eximia-se de se posicionar a respeito da ida de David Canabarro e sua tropa à fronteira paraguaia de Itapúa. Deixava a decisão para o comandante interino das armas. Se ele julgasse que as forças disponíveis eram suficientes, que ordenasse a marcha que os reforços viriam de Montevidéu. Concluía que era “muito preciso” começar “as hostilidades”.²⁰ Foi um jogo de empurra impressionante.

João Marcellino, que não era militar, afirmava que “não tomaria medida alguma dessa ordem sem previamente consultar e concordar com o general comandante das armas”.²¹ Ninguém queria assumir a paternidade da ação, até que foi tarde e a invasão se procedeu. A maneira de operar não mudaria quando as forças paraguaias marchavam pelo Rio Grande do Sul - a inoperância e o recuo dominaram

A correspondência de João Marcellino era controversa e não raras vezes confusa. Ao mesmo tempo em que deixava a decisão daquela operação para o general João Frederico Caldwell, julgava “temerário” ir combater as tropas paraguaias já em Itapúa, na fronteira

¹⁷ CAGGIANI, Ivo. *David Canbarro [...]* Ob.cit.p.156.

¹⁸ MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel*. Ob.cit.p.282.

¹⁹ CALDWELL, Correspondência de João Frederico. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.32.

²⁰ Id.ib.,p.37.

²¹ GONZAGA, Correspondência de João Marcellino de Souza. Em: DOCUMENTOS relativos a invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.22.

paraguaia. Defendia que a divisão Canabarro deveria “apenas passar o [rio] Uruguai e bater essas forças paraguaias que [estavam] aquém do [rio] Paraná”.²²

No entendimento imperial, os riscos de invasão diminuía. Creditava-se isso à demora paraguaia em atacar, passados longos meses da declaração de guerra, em 13 de dezembro de 1864. Para aquelas autoridades, a inoperância paraguaia era inexplicável, pois acreditavam que aquele exército estava pronto havia bastante tempo. Confiavam que o Império tomaria a iniciativa do conflito e que os paraguaios esperariam em seu território o ataque.

Além de declarações verbais, o brigadeiro David Canabarro, demonstrou pouca ou nenhuma intenção de agir, fora ou dentro da província. João Marcellino, sugeriu ataque aos paraguaios antes de cruzarem o rio Uruguai. O comandante da fronteira, responsável por decisões militares importantes, rejeitou a proposta, preferindo a passividade.

Esperança alimentada

Em 13 de maio de 1865, David Canabarro, em correspondência à João Marcellino, esbanjava confiança nos 8 mil homens de sua divisão. Novamente interpretava de forma diferente os acontecimentos. Na sua avaliação, novamente revista, os paraguaios nem sequer cruzariam o rio Uruguai. Sugeriu que o governante não se preocupasse com a fronteira e tampouco receasse pelos seus soldados que, na sua concepção, estavam “possuídos de entusiasmo”. Finalizou a correspondência desejando “felicitações antecipadas pelo triunfo de ‘nossas’ armas”.²³ Vê-se como a postura do comandante oscilou bastante durante os primeiros meses na comandância da divisão. Essa postura tinha motivos concretos, David Canabarro acreditava que o comando do exército, em operações no Uruguai, enviaria reforço à província. E isso foi assegurado por João Frederico Caldwell [1801-1873], comandante das armas da província.

Tal esperança foi também alimentada pelo general em chefe do exército imperial, Manuel Luís Osório. Em 30 de maio, quando reorganizava suas forças provavelmente para

²² CALDWELL, Correspondência de João Frederico. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.35.

²³ CANABARRO, Correspondência de David. Em: Documentos relativos à invasão da província [...]Ob.cit.p.43.

marchar sobre o Paraguai, Osório afirmava: “Eu penso marchar logo que tenha reunido o exército no Salto (Uruguai), para Quaraí pela estrada que vai a Uruguaiana, e espero as suas notícias naquela direção, se elas não me fizerem mudar de rumo passarei para Uruguaiana, se, porém, o ‘inimigo’ passar para o nosso território creio que deverei procurar a direção de Inhanduí para nos juntarmos e combater-los onde nos convenha”.²⁴

Dez dias depois verificou-se a invasão da província, sem que as forças do exército imperial se movessem em auxílio. Naquela mesma correspondência, o general Osório desacreditava que houvesse invasão, pelas dificuldades impostas pela estação. Acreditava que pretendessem “juntar suas forças na altura de Uruguaiana” “para empreender campanha em melhor tempo”.²⁵ As previsões do general estavam erradas, como visto, e o reforço prometido jamais chegaria.

A desorganização, a falta de informações e subestima pelo exército paraguaio deram a tônica nas primeiras correspondências oficiais. Isso pode ter induzido a outros erros. Em 17 de maio de 1865, Ângelo Muniz da Silva Ferraz [1812-1867], apenas 5 dias da posse no cargo ordenava que o presidente do Rio Grande encaminhasse “todo o material bélico do arsenal” da capital e de Rio Grande para o Estado Oriental. Grande equívoco, a menos que pretendesse por meio de embarcações fazer chegar à fronteira do rio Uruguai. Isso evidencia que o governo imperial não acreditava em possível invasão do território provincial e pretendia preparar-se para uma provável grande e decisiva batalha nas imediações da Banda Oriental ou interior argentino. A ameaça de invasão era, no entanto, real. Várias informações oficiais e extra-oficiais indicavam preparação do exército paraguaio. Não é impossível, também, que o ministro recém empossado tenha se iludido com as informações oriundas das autoridades do Rio Grande que, antes da invasão, afirmavam possuir contingente e armamentos suficientes para a defesa.

Em princípio de junho, o brigadeiro Antônio de Sampaio, comandante da 3ª divisão do Exército do Sul, acampado às margens do rio Dayman, no Uruguai, desiludia por completo qualquer esperança de auxílio com tropa para a defesa do Rio Grande. Em resposta ao ofício de David Canabarro que questionava como aquele exército auxiliaria a

²⁴ OSÓRIO, Correspondência de Manuel Luís. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.2.

²⁵ Loc.cit.

defesa do Rio Grande do Sul, Antônio de Sampaio dizia que tinha a maior parte do exército sob seu comando, porém não tinha ordem de marchar e “nem desprender força de infantaria”.²⁶ Alentava, no entanto, que mediante ameaça na fronteira marcharia para auxiliar aquela divisão. Auxílio esse que nunca chegaria.

Ações de Canabarro após a invasão

Era gritante a falta de organização do comando da fronteira de Quaraí e Missões, a cargo de David Canabarro, para opor a invasão paraguaia. Dois dias após o exército invasor ter iniciado sua travessia do rio Uruguai no passo de São Borja, aquele comandante, estacionado muito longe da fronteira de São Borja, declarava, em correspondência ao comandante das armas da província, João Frederico Caldwell, desacreditar que os paraguaios invadissem o Rio Grande por aquele ponto.²⁷ O desprezo pela ameaça paraguaia e a total falta de organização caracterizam o comando de David Canabarro, como veremos melhor. O desejo geral, já nessa época era de acabar logo com o conflito.²⁸

Após a invasão, efetuada com certa facilidade pela exígua resistência oferecida pela 1ª divisão, David Canabarro, comandante daquelas forças mudaria o discurso inicial e defenderia que já não tinha condições de enfrentar os paraguaios. Em 27 de junho, David Canabarro, de volta a sua estância, nas proximidades de Uruguaiana e Alegrete, enquanto os invasores marchavam sobre Itaqui, escrevia ao governo provincial justificando sua inação. Após solicitar ao comandante em chefe do exército imperial, Manuel Luís Osório, reforço de 4.000 homens de infantaria e tendo o pedido negado, presumiu não terem condições de vencer os paraguaios. Julgava que as forças invasoras tinham grande número de infantas e poucos cavalariáns e suas tropas, ao contrário. Sobre isso questionava retoricamente em seu monólogo se deveriam “atacar o inimigo com probabilidade?” E respondia: “Não, com certeza infalível do triunfo, sim”. Completava assegurando que “não

²⁶ Id.ib.,p..6.

²⁷ CANABARRO, Correspondência de David. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.58.

²⁸ CALDWELL, Correspondência de João Frederico. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.38.

tendo esta certeza” faria o que pudesse, restringindo os paraguaios “ao campo de seus piquetes”.²⁹

Nessa mesma correspondência, o brigadeiro agiu de forma dúbia e, aparentemente premeditada acerca da efetivação da resistência aos paraguaios. Ao mesmo tempo em que garantia que não permitiria a passagem dos invasores no rio Ibicuí, na divisa entre Itaquí e Uruguaiana, sem resistência, alertava que eles poderiam passar, mas em Uruguaiana resistiria. Textualmente pronunciou: “A passagem no Ibicuí grande há de ser disputada seriamente”, porém se passarem, “na Uruguaiana acharão resistência”. Para tanto confiava na improvisada “defesa naval” que mandou construir. Concluía que o trajeto seria “difícil e talvez fatal ao inimigo”.³⁰ Mesmo tendo se processado uma invasão estrangeira em território sob seu comando militar, parece não ter havido mudança na postura daquele velho general. O que de fato ocorreu é que nem disputaram a passagem do rio, tampouco impediram os invasores de entrar em Uruguaiana.

Há muito tempo David Canabarro gritava por socorro. Propunha aos comandantes do Exército a vinda da divisão do general Flores para auxiliá-lo, ideia até considerada por Mitre e depois não efetivada.³¹ No fim de junho, Canabarro transmitia ao general Caldwell ofício do general em chefe do exército afirmando que não enviaria reforços ao Rio Grande do Sul. Mesmo assim, David Canabarro insistia num possível apoio do general Venâncio Flores, mas, com lucidez propunha ao general João Frederico Caldwell que operassem com as forças que tivessem. Viu-se, na prática, que o efetivo prometido pelo brigadeiro Canabarro não estava organizado, quem sabe, contava apenas com metade do que dissera. Suas esperanças era dispor do forte apoio do exército. Apoio que era factível se as autoridades imperiais considerassem as informações do ataque paraguaio que desde há tempo detinham.

Informações incorretas e erros de análise, que podem ter contribuído para decisões equivocadas, vinham de todos os níveis da administração imperial. Em 6 de julho, o ministro imperial, em missão especial na região platina, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, enviou ofício ao governo noticiando o andamento da guerra. A essa época, os

²⁹ CANABARRO, Correspondência de David. Em: Documentos relativos à invasão[...]Ob.cit.p.72.

³⁰ Loc.cit..

³¹ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Vol.2.Ob.cit.p.341.

paraguaios já haviam invadido corrientes. Tendo as autoridades militares aliancistas calculado que a única ameaça viria pela província de corrientes decidiram fazer “junção das forças aliadas na Concórdia, ponto mais fronteiro ao Salto”.³² Naquele ponto, juntariam-se as forças sob o comando de Luís Osório com as orientais e parte do exército argentino encabeçado por Bartolomeu Mitre, transportados respectivamente de Montevideu e Buenos Aires pelo vice-almirante Tamandaré.

No mesmo ofício, diplomata imperial, usando dados que Bartolomeu Mitre lhe transmitira, informava ao governo que em Corrientes e Missões, na Argentina, haviam cerca de 37 mil paraguaios. Projetava que: “Se como é de prever a Tríplice Aliança esmagar estas forças, o Paraguai pode considerar-se rendido, sem grandes esforços mais.” Acredita que “os exércitos aliados e a marinha brasileira” encontrariam “pouco embaraço para invadi-lo”.³³ Péssima análise do diplomata! Os paraguaios não foram derrotados em corrientes e, tampouco seria fácil a invasão ao Paraguai.

Ainda na correspondência de 6 de julho, de Otaviano de Almeida a José Antônio Saraiva, ministro da guerra, incorreu em grave desinformação. Nesse momento, já havia ocorrido a penetração paraguaia na província sulina, e o representante imperial repassando errática análise de Mitre dizia ser “impossível” os paraguaios executarem “duas invasões a tão grande distância uma da outra”.³⁴ Tais erros de interpretação, aliado a falsa ideia de que as forças existentes no Rio Grande do Sul resolveriam em caso de invasão, retardou o envio de reforços para a província.

Inicialmente, David Canabarro retardou qualquer ação, para não ter que operar longe da fronteira, onde estava estabelecido com fazendas. Quando da invasão, recuou, nunca dando combate ao exército paraguaio.³⁵ Os invasores marchavam sobre a fronteira saquendo e destruindo as vilas. David Canabarro comandava uma importante força, mas não agia, esperou por ordens superiores para agir e por vezes descumpriu-as sem cerimônias. Tinha dúvidas que retardavam os acontecimentos - não sabia se deixava o exército paraguaio passar o rio ou se o impedia. Afirmava que não lhe cabia “tomar a

³² Id.ib.,p.339.

³³ Loc.cit.

³⁴ Id.ib.p.340.

³⁵ MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel*. Ob.cit.p.166.

responsabilidade de não impedir [a passagem paraguaia] sem ordem oficial” do presidente da província. A ordem veio posteriormente e foi desobedecida.

Se o auxílio pretendido de Venâncio Flores não deveria mesmo chegar, David Canabarro receberia, em 6 de julho, como alento, a promessa do visconde de Tamandaré de que enviaria tropas para aquela fronteira. Naquela correspondência, o comandante da armada assegurava que levaria em auxílio da província “os vapores Taquari, Tramandaí e Onze de Junho”, pretendia ainda levar entre 1.000 e 1200 “infantes para reforço das guarnições dos navios”.³⁶

Em 12 de julho, do acampamento no Ibirocaí, David Canabarro atualizava o governo provincial sobre a situação da fronteira. Nessa altura já admitia a grande probabilidade dos paraguaios cruzarem o rio Ibicuí e marcharem sobre Uruguaiana. Propunha novamente que se a divisão do general Venâncio Flores viesse para auxiliá-lo, certamente derrotariam os paraguaios. Do contrário, avaliava Canabarro, deveriam acabar com os invasores “por meio de sítio e hostilidades parciais”, isso somente, acrescentava, se João Caldwell não ordenasse o combate, que julgava estar disposto.³⁷ Definitivamente o comandante da 1ª divisão não pretendia oferecer batalha aos invasores.

Ao saber da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul, Bartolomeu Mitre teria indicado que David Canabarro reunisse toda força disponível para hostilizar os invasores, no entanto, “sem arriscar um combate decisivo”.³⁸ O tradicional medo da grande e terminal batalha era evidente. Esse argumento seria utilizado posteriormente, por Canabarro, para defender-se das acusações de nada ter feito para proteger a província.

David Canabarro entre avaliações positivas e negativas

É de domínio público a informação de que durante a invasão de São Borja, as forças de defesa eram ínfimas, apesar de grande contingente da guarda nacional. Em geral, atribuiu-se isso ao fato de muitos estarem licenciados e outros acampados muito distante do centro das ações. Sobre a deficiência numérica na defesa, João Frederico Caldwell, comandante interino das armas, oficiava ao presidente da província e expunha outra

³⁶ Loc.cit.

³⁷ Id.ib.,p.p.7.

³⁸ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Vol.2. Ob.cit.p.345.

situação pouco ou nada comentada. Com “surpresa e admiração”, comunicava que dos cerca de 2050 homens da 1ª brigada “que deveriam tomar parte da ação” “só compareceram no lugar do combate 200, sendo 130 de infantaria e 60 a 70 de cavalaria”.³⁹ Onde estavam os demais? E os comandantes?

O padre João Pedro Gay é figura ímpar na história da Guerra da Tríplice Aliança. Quando da invasão do Rio Grande e conquista de Uruguaiana, o cônego descreveu, em artigos publicados em jornais e após em livro, minuciosamente os acontecimentos, talvez também para pedir indenização pelos bens perdidos, como o fez. Em 1850, após perambular por várias paróquias, ele fixou-se na vila de São Borja onde assumiu como vigário colado, ou seja, concursado e pago pelo Estado imperial.⁴⁰ Em 1891, ao morrer em Uruguaiana teria deixado oito filhos, fruto do relacionamento, possivelmente com uma paraguaia.⁴¹

De forma crítica, sem poupar os comandantes embuídos de proteger a fronteira, o padre registrou sua indignação pela “entrega”, sem resistência, de São Borja aos paraguaios.⁴² Sua postura foi contestada pelo major Souza Docca, responsável por muito longa revisão e aditamento crítico da segunda edição do seu livro, de difícil acesso, como visto.

A indignação do padre pode ter sido maior por saber que a invasão era esperada há tempo. Ele mesmo avisara constantemente os comandantes locais e o presidente da província sobre os preparativos paraguaios, do qual tinha informações. O sacerdote indignou-se com a falta de proteção das vilas da fronteira e, sobretudo, de São Borja. Mais tarde, após a capitulação paraguaia em Uruguaiana, ele teria partido com chicote em mãos sobre seu irmão de batina, o padre paraguaio Estevão Duarte, responsabilizando-o pela destruição de sua casa e da igreja, em São Borja. Tudo diante do Imperador.⁴³ Durante a

³⁹ CALDWELL, Ofício de João Frederico. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.63.

⁴⁰ MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel*: Ob.cit.p.142.

⁴¹ Inventário de João Pedro Gay, 1º Cartório de Órfão, livro de inventários nº 05, pág.41 a 43, gaveta 07. Centro cultural dr. Pedro Marini, Uruguaiana.

⁴² GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit.pp.34-35.

⁴³ Eu, Luís Felipe (...) de Orléans, Conde d' (1842-1922). *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.p.100.

invasão teria sofrido grande prejuízo, perdendo os livros e manuscritos, inclusive sobre a República do Paraguai.⁴⁴

Em seu livro, o padre Gay perguntava “onde estava o bravo barão de Jacuí com sua divisão”.⁴⁵ Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí, rico proprietário de terras na fronteira Sul da província do Rio Grande, militar, foi comandante legalista durante a Revolução Farroupilha [1835-1845], enfrentou e venceu tropas comandadas por David Canabarro. Em 1865, ao iniciar a guerra contra o Paraguai, foi nomeado comandante da 2ª divisão do exército, pelo presidente da província, para atuar na fronteira Sul, no entanto, esteve mais interessado em seus negócios como comerciante de cavalos e bois do que na guerra.

A pergunta irônica foi respondida pelo militar historiador Souza Docca, propondo que o comandante recebera ordens expressas do presidente da província, João Marcellino de Souza Gonzaga, de permanecer na fronteira de Bagé, como veremos a seguir. A ira do padre Gay também recaiu sobre o comandante da fronteira de Quaraí e de Missões, o brigadeiro David Canabarro, que se manteve nas proximidades da sua fazenda, São Gregório, em Santana do Livramento.

Fronteira abandonada!

João Marcellino de Souza, presidente da província, determinou, genericamente, ao brigadeiro David Canabarro e ao coronel Francisco Pedro de Abreu, comandantes da 1ª e da 2ª divisões do Exército imperial, respectivamente, que escolhessem os melhores lugares para se fixarem com as tropas. Ambos deviam defender grandes extensões de território. David Canabarro recebera carta branca do presidente da província para agir conforme julgasse melhor; porém, Francisco de Abreu, a pedido de moradores - seguramente de famílias abastadas - da fronteira Sul, foi fixado, com sua tropa, nas imediações de Bagé. Região “mais rica e populosa do Rio Grande do Sul de então, coração da produção pastoril e charqueadora”, o que explicaria a preferência na sua proteção.⁴⁶

⁴⁴ COLEÇÃO de documentos do Padre João Pedro Gay. IHGB. Rio de Janeiro, 1865. Lata 406. Doc.30.

⁴⁵ GAY, Cónego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit.p.40.

⁴⁶ GAY, Cónego João Pedro. *A invasão paraguaia [...]*.Ob.cit.p.164.

A situação das forças de defesa da fronteira era preocupante. Os corpos da Guarda Nacional, quando não destacados, ou seja, à serviço do Exército, não eram remunerados pelo Estado. Não raro, tinham que prover suas armas, cavalaria e fardamentos. Com os preparativos para guerra, houve necessidade de recrutamento maciço. Nos corpos da Guarda Nacional, foram incorporados homens simples, sem condições de comprar o material básico, exigindo do governo ou dos comandantes do corpo. Problema esse que perdurou durante toda a campanha.

Em 2 de maio de 1865, após espalhar-se a notícia do rompimento das relações entre a República do Paraguai e a Argentina liberal mitrista, o Ministro da Guerra do Império ordenou que todos os corpos do exército marchassem sem demora para Uruguaiana, o que não aconteceu de imediato.⁴⁷ As autoridades esperavam a invasão por aquele ponto. A fronteira era terra de ninguém. Nominalmente contava com forças de defesa numerosas e organizadas - a realidade, porém, era outra.

Pequena força

Os reforços demoravam e a defesa era insuficiente. Nos dias da invasão, 10, 11 e 12 de junho, uma pequena força de não mais que quatrocentos homens da Guarda nacional, apoiada a seguir pelo 1º Batalhão de Voluntários da Pátria da Corte, praticamente sem treinamento, tentava impedir, sem sucesso e sem muito esforço, a passagem do rio Uruguai pelos paraguaios. Não é certo se devido a essa pequena resistência, os paraguaios esperavam que toda tropa transpusesse o rio, para invadir São Borja.⁴⁸

O sargento Francisco Pereira da Silva Barbosa, do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria da Corte, registrou, em seu diário, importantes anotações sobre a campanha do Paraguai e, sobretudo, sobre a invasão do Rio Grande do Sul. Seu diário traz, igualmente, ricas informações a respeito da mobilização, das condições materiais das tropas, dos tratamentos dado aos soldados, etc.

Em 10 de junho, após longa marcha desde Rio Pardo, o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria chegou à São Borja. Nesse momento, os paraguaios iniciavam a transposição do rio Uruguai. Para Francisco Pereira, seu batalhão era composto de “soldados bisonhos, com

⁴⁷ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob.cit.p.105.

⁴⁸ FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. *A invasão de São Borja*. Porto Alegre: A Nação, s/d.p.90

pouco exercício”.⁴⁹ A realidade descrita pelo sargento era bastante comum entre as forças imperiais naquele conflito. Os Voluntários da Pátria eram, em geral, homens alheios ao serviço militar e tiveram naquela campanha o batismo de fogo. O coronel Antônio Fernandes Lima, de Itaqui, também notou a inexperiência do 1º Corpo de Voluntários, o qual fez muitas críticas.⁵⁰

Francisco Xavier Xicuta era um jovem oficial da Guarda Nacional de Passo Fundo e enfrentou os paraguaios no combate de São Borja. Em 24 de junho de 1865, em carta à família, coisa rara no exército imperial, descreveu a crítica situação em que estiveram no teatro de operações. Dizia que desde o dia dezesseis, quando iniciou seu serviço, ele e sua tropa andavam em “apuros” “e vá para cima e vá para baixo, sempre falqueando (marchando ao lado)”, os invasores, pois a força que dispunham não era “suficiente para atacar”.⁵¹

Mesma impressão tivera Francisco Pereira da Silva Barbosa. Segundo ele, o início da guerra pra o 1º Batalhão de Voluntários, foi uma verdadeira perseguição de cão e gato. Sem ter condições de enfrentar o exército invasor, em maior número, o recurso foi promover movimentos táticos de defesa e distanciar-se. Esse corpo escoltou famílias escapadas de São Borja até Alegrete. Ali estacionou por alguns dias e após continuou esquivando-se do ataque do exército paraguaio, até incorporar-se à divisão de David Canabarro.

Quando da incorporação à força de Canabarro, Francisco Pereira registrou o alívio de não precisar mais “fazer fugas precipitadas”. Segundo ele, aquele contingente seria suficiente para impor respeito aos paraguaios.⁵² Entretanto, fazer-se respeitar não era o esperado do comandante de defesa daquela fronteira, que deveria impedir a invasão e o avanço do exército paraguaio.

⁴⁹ BARBOSA, Francisco Pereira da Silva. Diário Militar, 1870, s/p. Disponível em: <<http://www.forumnow.com.br/vip/mensagens.asp?forum=125774&topico=2964054>> Acesso em 05 de Nov. 2015.

⁵⁰ LIMA, Parte Oficial de Antônio Fernandes. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.58.

⁵¹ FERNANDES, Ari Carlos. (org.). *Coronel Chicuta: Um passo-fundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: EdiUPF, 1997.p.45.

⁵² BARBOSA, Francisco Pereira da Silva. Diário Militar. Ob.cit.s/p.

A invasão do território rio-grandense não seria nenhuma novidade para as autoridades do Império. No máximo poderiam duvidar que ela ocorresse. O que parece mais razoável, visto que há tempo se sabia dessa possibilidade. Desde o final de 1864, a preparação para defesa do território vinha a passos curtos. E, quando “pegos de surpresa”, o recrutamento de forças da Guarda Nacional para proteger a fronteira de São Borja foi feito às pressas.⁵³

Mais negociante que militar

O militar historiador Francisco Felix da Costa criticou as ações de David Canabarro. Ao que parece, foi o autor que pela primeira vez na historiografia do conflito denunciou o uso de cargo público em proveito pessoal. Para o autor, o governo imperial não sabia que “Canabarro era mais negociante do que militar, e não lhe convinha reunir a Guarda Nacional por um motivo e não atacar por outro.” Ainda segundo Francisco Felix, para reunir aquela força “era preciso dispende dinheiro” o que não estaria disposto o brigadeiro, e para atacar “era preciso ter inteligência” o que julgava lhe faltar.⁵⁴ Salvo o exagero, é nítido que na sua idade e nas circunstâncias daquele conflito, o velho brigadeiro não estava em condições de comandar tropa alguma.

A postura de Canabarro logo seria alvo de críticas, inclusive internamente. João Manoel Menna Barreto [1824-1869] que comandava o combalido 1º Corpo de Voluntários da Pátria, recém chegados à São Borja, acusava o comandante da fronteira, David Canabarro, pela invasão. O tom da acusação, relativizada em função da evidente diferença política entre os militares, era a de lamentação “por ter consciência de que a incúria, o desleixo de homens incapazes de comandos superiores, fosse à causa de tão triste sucesso”.⁵⁵

Menna Barreto, em ofício de 6 de setembro, novamente acusava David Canabarro de dificultar a aplicação das ordens do general João Francisco Caldwell. Detalhadamente, o coronel denunciava as falhas que julgava terem sido cometidas pelo brigadeiro. Referiu-se ao gado, apropriado pelos paraguaios, que o comandante daquela zona não retirou,

⁵³ MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel*. Ob.cit.p.155.

⁵⁴ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...] Ob.cit.p.234.

⁵⁵ BARRETO, Correspondência do coronel João Manoel Menna. Em: Documentos relativos à invasão[...] Ob.cit.p..6.

conforme ordem de João Caldwell. Em seguida criticou a proteção de Uruguaiana, que segundo ele: “A guarnição que havia em Uruguaiana naquele tempo era de 200 homens, mais ou menos, porém sem a [menor] aparência de soldados, inclusive o seu próprio comandante”. Lembra que: “munição havia bastante e bocas de fogo” lembrava-se de ter visto duas, estas aproveitadas “pelos paraguaios, logo que tomaram conta daquela infeliz povoação”.⁵⁶

Em 16 de setembro de 1865, dois dias antes do definitivo desfecho da invasão, com a rendição do exército paraguaio na vila de Uruguaiana, João Frederico Caldwell exigia informações dos comandantes da Guarda Nacional, responsáveis pela defesa da fronteira. Com as informações colhidas, o comandante interino das armas prestaria contas ao ministro da guerra. Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí, em resposta ao ofício dirigido por João Caldwell, eximia-se de qualquer responsabilidade e, como era de se esperar, imputou ao brigadeiro David Canabarro o encargo daqueles desastrosos fatos. Em sua defesa dizia:

A minha opinião é uma única imutável e segura perante a consciência de cidadão que nunca soube mentir à sua pátria. Ou a mão da providência aprovou ferir a minha província, para que ela não se orgulhasse mais do seu valor e dos seus créditos de heroica e leal, por algum crime oculto e ignorado que não me é dado perscrutar, e por isso, socorrendo-me da paralisação, do desleixo, da covardia, da inépcia, da desunião, da relutância ao cumprimento das ordens superiores e de outros elementos igualmente fatais.⁵⁷

Acusado

A correspondência era em atendimento ao aviso confidencial do ministro da guerra que inquiria acerca de 6 questões sobre a defesa da fronteira e a invasão de Uruguaiana. Francisco Pedro de Abreu, segundo informa, era favorável ao ataque contra os paraguaios ainda na passagem do rio Uruguai, em São Borja. Para isso, argumentou o militar que as forças estacionadas na “fronteira de Missões e as que se dirigiam de Santana do Livramento”, ou seja, as forças sob o comando de David Canabarro deveriam estar em São Borja impedindo a penetração paraguaia. Esse ofício seria uma excelente oportunidade daquele militar atacar seu inimigo político. Sua crítica se estende à inação das forças de defesa durante a marcha dos paraguaios de São Borja à Uruguaiana. Segundo Pedro de

⁵⁶ Loc.cit.p.

⁵⁷ ABREU, Correspondência de Francisco Pedro de. Em: Documentos relativos à invasão [...]Ob.cit.p.17.

Abreu: “Na passagem de Ibicuí, do *Toropasso*, do *Imbaá* e antes de entrar o ‘inimigo’ na Uruguaiana, podíamos tê-los atacado e para isto nos sobravam elementos”.⁵⁸

Alguns autores como Joaquim Nabuco defenderam a ação de David Canabarro na proteção da fronteira. Avaliava, no entanto, que “a prudência de Canabarro na ação contrastou com a audácia dos seus cálculos”.⁵⁹ Isso porque meses antes aquele general afirmava, em diversas correspondências, com autoridades imperiais que as forças de que dispunha eram suficientes para bater o exército paraguaio que tentasse invadir aquela fronteira. Ainda segundo Joaquim Nabuco: “A falta mais sensível na invasão do Rio Grande do Sul foi talvez, a ausência de pequenos navios de guerra no alto Uruguai e não haver unidade de direção na defesa”. Para o autor era necessário “um só comando para as forças de terra e de mar, para as que operassem dentro e as que operassem fora do nosso território”.⁶⁰

O general David Canabarro, a quem o visconde de Ouro Preto chamou de “hábil estrategista das antigas lutas civis” do Rio Grande do Sul, teria desde muito cedo ao ser nomeado comandante da 1ª divisão do Exército do Sul, reclamado do governo “a remessa de infantaria e armamento, assim como de algumas canhoneiras, que pudessem cruzar o rio”.⁶¹ O autor defendeu o suposto plano de David Canabarro de atrair os paraguaios para batê-los quando fosse reforçado, como solicitava. Ouro Preto entendia que era possível disputar com os paraguaios os inúmeros passos entre São Borja e Uruguaiana, cruzado sem resistência pelos invasores, no entanto acreditava que se “com os fracos elementos que então dispúnhamos na província alcançássemos vitória, a perda dos inimigos não seria completa e total como foi pouco mais de três meses depois em Uruguaiana”.⁶²

Em notas à obra de L. Schneider, o barão do Rio Branco também defendeu Canabarro. Em sua opinião o comandante “houve-se prudentemente não atacando os paraguaios”. Fundamentava sua defesa afirmando que: “desde fevereiro pedia Canabarro alguns batalhões de infantaria e armamento para a cavalaria da Guarda Nacional, assim

⁵⁸ Loc.cit.

⁵⁹ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império*. Ob.cit.p.222.

⁶⁰ Loc.cit.

⁶¹ OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d’outrora*. Ob.cit.p.204.

⁶² Id.ib.,p.205.

como a subida de três canhoneiras”.⁶³ Seguiu Rio Branco afirmando que: “só em fins de agosto, depois que o rio encheu três vezes, subiram até Uruguaiana três pequenas canhoneiras, quando dede março deviam estar entre este ponto e São Borja”⁶⁴ Provavelmente aquele velho general não desejasse mais, pelo tempo e recursos que demandam uma guerra, nem ter papel de comando naquele conflito, porém a necessidade de proteção junto ao governo da província chegou na forma de comandante de divisão.

Longe dos combates

A grande crítica feita à David Canabarro, inclusive pelo então ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz que o suspendeu de seus serviços, era de que este comandante não hostilizou de perto o exército invasor e tampouco disputou os passos entre São Borja e Uruguaiana. Em sua defesa sobre esse quesito, Rio Branco entendia que “seria possível disputar a passagem do Ibicuí e mesmo repelir o inimigo, mas ele salvaria quase todo o seu exército.” Canabarro preferiu – segundo ele – “esperar a chegada dos reforços que haviam sido prometidos da Concórdia para que a perda do inimigo fosse total”.⁶⁵ Explicação essa que não justifica a inoperância e a distância que sempre manteve Canabarro do centro dos acontecimentos.

Durante aquela invasão, o general João Caldwell chamou três vezes o conselho de oficiais para deliberar ações contra os invasores.⁶⁶ Consultou os comandantes de divisões e brigadas quando da possibilidade de atacar os paraguaios na passagem do rio *Ibicuí*, depois na passagem do rio *Toropasso* e durante a marcha invasora a caminho de Uruguaiana. Em resposta ao ministro da Guerra, em 11 de dezembro de 1865, quando não ocupava mais o cargo de comandante das armas da província, João Frederico Caldwell afirmava que David Canabarro opôs-se desde logo a um ataque aos paraguaios quando estes cruzavam o rio Ibicuí. O brigadeiro teria argumentado sobre “a inconveniência de atacar o inimigo e dos males incalculáveis que disso poderiam resultar à província”.⁶⁷ Segundo Caldwell,

⁶³ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império*. Ob.cit.p.222.

⁶⁴ Loc.cit.

⁶⁵ Id.ib.,p.223.

⁶⁶ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Vol. 2, 2010.

⁶⁷ CALDWELL, Correspondência de João Frederico. Em: *Documentos Relativos à Invasão*[...]Ob.cit.p.18.

Canabarro esperava um reforço de 1.500 homens, provavelmente do exército em operações no Uruguai, ao que com ele concordavam os coronéis Ourives e Valença.

Pedro de Abreu também refere-se aos conselhos de guerra chamados por Frederico Caldwell para deliberar sobre o ataque aos paraguaios durante a marcha. Deixou explícito que houve uma luta de forças durante o conselho e que sua tese, de que deveriam atacar os invasores foi vencida. O oficial atribuía a derrota de sua proposta à “influência (de Canabarro) que destruía ‘nossas’ esperanças e o ‘nosso’ mútuo propósito de darmos um choque forte no ‘inimigo’, do qual talvez resultasse a sua total exterminação”. Por fim, declarava que “a entrega das ‘nossas’ povoações e mormente a última (Uruguaiana), sem sequer arrebatarem-se e destruírem-se os mantimentos que nesta, assim como nas outras existiam, foi uma verdadeira calamidade nacional; quer em sentido estratégico e político, quer no das conveniências de moralizar a ‘nossa’ força e alentar as esperanças da província”.⁶⁸

Valendo-se do resultado da batalha de Ituzaingó, grande derrota imperial frente às forças argentinas, em 20 de fevereiro de 1827, no contexto da independência uruguiaia, João Frederico Caldwell justificou que discordava da opinião de David Canabarro, mas temia que se repetisse o ocorrido naquela batalha histórica. Justificava a ascendência das ideias de Canabarro sobre as suas propondo que a tropa imperial era desqualificada. Propunha que: “A qualidade que distinguia essa tropa era, em geral, o pouco ou nenhum conhecimento do serviço militar e alheio a profissão das armas”.⁶⁹

Com chances reais

O efetivo de defesa da 1ª divisão ligeira, sob o comando de David Canabarro, era de aproximadamente 7 mil homens, pouco mais ou menos, dispersos em diversos pontos da fronteira. Uma vez reunido esse efetivo tinha reais condições de bater os invasores. A máxima militar de que no ataque deve-se garantir pelo menos a proporção de 3 para 1, válida em circunstâncias de terrenos normais, não se aplicariam ao caso em questão. O trajeto percorrido pelos paraguaios era cortado por rios e arroios que dificultavam a

⁶⁸ Id.ib.,p.17

⁶⁹ Loc.cit.

passagem. Nessas circunstâncias era presumível que a força de defesa em igual número promovesse o ataque.

Em 3 de outubro, David Canabarro, em longuíssima exposição sobre sua ação naqueles sucessos defendia-se com o argumento de que aguardava reforço, que viria provavelmente de Venâncio Flores. Afirmava que mantinha os generais chefes aliancistas sempre informados e esses lhe conservavam a “esperança de bater o ‘inimigo’” e que recomendavam “especialmente o não arriscar combate”.⁷⁰ Justificava dessa forma sua completa inação nas operações de defesa da província. Aquele chefe vangloriava-se e valorizava seu posicionamento que segundo ele, em linguagem religiosa, fazia parte da estratégia de “conduzir a vítima ao sacrifício no altar da pátria”.⁷¹ Referia-se ao tão somente e desastroso ato de escoltar os paraguaios até Uruguaiana.

De São Borja à Uruguaiana, a coluna paraguaia não enfrentou quase nenhuma resistência. A exceção do combate do Botuí, em 26 de junho, o efetivo da defesa passou praticamente ileso de baixas por combates. David Canabarro defendeu ferozmente sua “estratégia” de conduzir os paraguaios para serem abatidos em Uruguaiana. Segundo ele: “A 1ª divisão, que só conta um baleado pela artilharia no trajeto do [rio] Santa Maria, executou a parte que tinha no plano dos chefes aliados, isto é, conduzir o inimigo a ser batido, nada arriscando.”⁷² Ao que parece, David Canabarro fazia parte de um plano que segundo ele era pensado pelos generais aliancistas. Em sua correspondência, a que tivemos acesso, o comandante das armas da província, general João Francisco Caldwell, não cita em qualquer momento tal plano.

O comandante da 1ª divisão do exército teria organizado sua defesa com ênfase no não derramamento de sangue que sua “estratégia” ensejou. Para ele, todos teriam que contribuir de alguma forma para o sucesso daquele plano. Em sua opinião: “Se os russos em 1812, para colher o grande exército de Napoleão, queimaram a sua rica capital de Moscou, não é muito que deixássemos queimar algumas casas, pela maior parte cobertas de capim, para colher dez mil paraguaios, aqueles que ousavam, à mão armada, depredar nossa terra, e

⁷⁰ CANABARRO, Correspondência do brigadeiro David Canabarro. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p..20.

⁷¹ Id.ib.,p.20.

⁷² Loc.cit.

que deviam pagar bem caro a sua ousadia”.⁷³ Aquele comandante, para isentar-se, compara o vexame da sua defesa a cruel campanha das tropas de Napoleão Bonaparte sobre o terrível inverno Russo. Ali, entre 24 de junho e 14 de dezembro de 1812, perderam mais de 400 mil homens para o frio, a fome e principalmente pela resistência camponesa russa.

Além do mais, ao contrário da estratégia russa, de privar os invasores de alimentação e abrigo, incendiando a cidade de Moscou, David Canabarro foi agudamente acusado de não retirar as cavalladas e o gado apropriado pelos invasores durante a marcha. Na Uruguaiana, foram os paraguaios que, após abastecerem-se das provisões abandonadas pela população que fugia às pressas, destruíram e queimaram a maior parte da vila para aquecerem-se do intenso frio sulino.

Um mal necessário

A argumentação de David Canabarro chama a atenção em, pelo menos dois tópicos. Primeiro, o comandante da Guarda Nacional, veterano das guerras platinas, ex-farroupilha, com histórico de lutas e combates violentos, “optou” pela passividade frente aos paraguaios. Mesmo quando tinha totais condições de vitória, sobretudo no cruzamento dos rios, o que independia da solicitada ajuda, o comandante preferiu não agir. Segundo, Canabarro relativizou as perdas materiais ocorridas durante as invasões. Tratou como um mal necessário. Era presumível que ao invadirem Uruguaiana, os paraguaios fizessem o mesmo que fizeram nas demais povoações, com o agravante de esta ser maior e mais populosa. Mesmo assim, David Canabarro apenas escoltou-os até Uruguaiana.

Em resposta a João Frederico Caldwell a respeito da falta de resistência durante a passagem paraguaia pelos rios que cortavam a região, Canabarro avaliava que o exército invasor, em maior parte de infantaria, era mais disciplinado, adestrado e “sabiam morrer”. Sarcasticamente alguém poderia dizer que se os paraguaios sabiam morrer, como atesta o comandante, as forças de defesa não sabiam ou não queriam matar! Ao contrário, justificava Canabarro, a defesa dispunha de “cavalaria sem instrução, indisciplinada, armada em parte, e montada em maus cavalos”.⁷⁴ Na mesma correspondência, David Canabarro argumentou, com razão, que as ordens de Frederico Caldwell sempre foram

⁷³ Loc.cit.

⁷⁴ Id.ib.,p.22.

cumpridas. Como visto, após os vexatórios conselhos de guerra, onde o próprio comandante da fronteira e outros oficiais opuseram-se aos ataques, o general Caldwell furtou-se em assumir a responsabilidade, acatando a decisão do conselho. Dessa forma, Canabarro estava correto, todas as ordens que não foram dadas, foram eficazmente cumpridas!

Logo em seguida, Canabarro partiu ao ataque contra João Frederico Caldwell, algo que não fez no campo militar. Dizia: “V.exa., hábil militar, nunca quis assumir a responsabilidade das operações perigosas, consultava aos comandantes das brigadas e aceitava seus pareceres, jamais pode dizer que foi contrariado”.⁷⁵ Com mesmo argumento, Canabarro se defendeu das acusações de não ter protegido Uruguaiana. Dizia que em 5 de agosto - dia da entrada paraguaia na vila – a 1ª divisão, ao seu comando estava “pronta a entrar em combate, se recebesse ordem”. Canabarro acusa aqui veladamente Frederico Caldwell de não emitir ordens, de apenas chamar conselho. O comandante, contraditoriamente ao que expunha anteriormente revelava que naquele conselho, os únicos que votaram pelo ataque “foram os senhores barão de Jacuí e coronel João Menna Barreto”, desqualificando sua afirmação de que esperava ordens para atacar.⁷⁶ Está evidente que David Canabarro evitou o confronto e influenciou os conselhos nesse sentido.

Acusação publicada

No momento em que o exército paraguaio já estava sitiado em Uruguaiana e a comitiva imperial deslocava-se pelo território do Rio Grande do Sul para o teatro de operações, eram evidentes as responsabilidades do general David Canabarro. Por isso, o comandante das armas da província, João Frederico Caldwell, que teve sérias divergências com aquele velho comandante da Guarda Nacional, obteve resposta positiva do ministro da guerra para o “demitir do comando” que exercia. Tal procedimento não era simples, pois tratava-se de um dos mais experientes e prestigiados militares rio-grandenses e do Império. Ângelo Muniz advertia á João Caldwell para que tivesse “a maior prudência e discrição no uso desta autorização” e ainda que comunicasse a decisão “ao tenente barão de Porto

⁷⁵ Loc.cit.

⁷⁶ Id.ib.,p.23.

Alegre”.⁷⁷ No mesmo dia, em correspondência direta ao barão de Porto Alegre, autorizava aquela e qualquer outra demissão que o mesmo julgasse necessária.

Em 27 de setembro de 1865, o ministro da guerra mandou publicar longa apreciação dos fatos ocorridos na província após a invasão paraguaia. Esse texto foi publicado na ordem do dia nº 21, de 3 de outubro, do 2º Corpo do Exército. Nele o governo tornava pública a acusação ao brigadeiro David Canabarro e sua responsabilidade pela invasão. O texto desacreditava a razoabilidade da explicação fornecida por aquele general de que havia um plano combinado com Manuel Luís Osório e com Bartolomeu Mitre para não atacar os paraguaios. Desacreditava alegando que não era possível “haver algum plano razoável ou salutar que deixasse o passo livre ao inimigo para entrar, marchar sem resistência ou incômodo sério, devastar o território de uma nação no extenso perímetro que percorreram.”⁷⁸

Nessa mesma comunicação o governo imperial através do ministro da guerra ordenava que o Manuel Marques de Souza [1804-1875] submetesse o general David Canabarro e os coronéis Antônio Fernandes Lima e Antônio Xavier do Valle (comandante da Guarda Nacional de Uruguaiana) a Conselho de Investigação e obrigatoriamente a posterior Conselho de Guerra. Também nesse mesmo momento ordenou que uma comissão de engenheiros procedesse investigação minuciosa dos passos e do trajeto feito pelo exército paraguaio. Prontamente o general Manuel Marques de Souza deu início ao processo investigativo nomeando o Marechal de Campo Francisco Antônio da Silva Bittencourt, o brigadeiro José Luiz Menna Barreto e o brigadeiro honorário José Gomes Portinho para o Conselho de Investigação.⁷⁹

Em função da constituição da comissão de investigação, os investigados David Canabarro e Antônio Fernandes Lima foram substituídos interinamente de seus cargos. Autorizou-se que se recolhessem a suas casas e aguardassem a reunião dos membros do conselho que deveria ocorrer em São Borja. Em abril de 1866, foi nomeado para presidir o conselho de guerra - suspenso no ano seguinte por conveniência política – o marechal de

⁷⁷ FERRAZ, Correspondência de Ângelo Muniz da Silva Ferraz . Em: Documentos relativos à invasão[...]Ob.cit.p.11.

⁷⁸ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército sob o comando em chefe do Exmo. Sr. Tenente general Manuel Marques de Souza. Vol.1. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco Alves de Sousa, 1877.p.95.

⁷⁹ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército[...]Ob.cit.p..96.

campo Francisco d'Arruda Câmara, militar do exército imperial que combateu os revoltosos farroupilhas.⁸⁰

Os processos nunca chegaram a ser julgados, inicialmente em função da impossibilidade de se reunir os conselhos e posteriormente em função de anistia concedida pelo governo imperial. Em 1867, por ocasião da preparação do 3º Corpo do Exército, formado quase exclusivamente no Rio Grand do Sul, o governo imperial determinou a abolição dos conselhos de guerra. A medida visava conseguir maior auxílio possível para novas organizações de forças. David Canabarro foi novamente chamado as armas para contribuir nas reuniões.⁸¹ Além disso, voltaria a comandar a fronteira de Missões e Quarai até sua morte, em 1867.

Conclusão

O exército paraguaio invadiu e destruiu as três vilas da fronteira sudoeste da província. Permaneceu longo período marchando por esse território, cruzou rios e arroios de difícil transposição até Uruguaiana. Isso ocorreu em 5 de agosto onde permaneceu até a metade de setembro de 1865. Nada justifica um exército estrangeiro com tamanhos problemas como o paraguaio marchar por tanto tempo sobre a província sem ser sequer ameaçado.

As autoridades da província do Rio Grande do Sul não se entenderam quanto ao que deveria ser feito. Alguns, seguindo suas próprias convicções e interesses particulares, preferiam não operar. Outros, que tinham sobre si a responsabilidade legal de comandar as operações, abdicaram dela, comprometendo a defesa. O resultado se viu no aspecto militar e social. Uma operação que durou pouco mais de quatro meses registrou, em território sul-rio-grandense, apenas uma batalha, do rio Botuí, depois disso ocorreu pequenos enfrentamentos sem maior importância. O caminho ficou livre para a marcha do exército paraguaio.

A invasão e longa permanência paraguaia resultaram em tragédia. O saque e destruição das vilas deixou grande prejuízo aos moradores, sobretudo para os segmentos

⁸⁰ Id.ib.,p.184.

⁸¹ AHR.S. CANABARRO, Correspondência de. 1866. Autoridades Militares, maço 191.

empobrecidos que não dispunham de recursos para reconstruir suas casas e comprar os bens perdidos. A ampla mobilização e recrutamento forçado provocaram prejuízos, igualmente, econômicos às famílias pobres. Pais, filhos e maridos, muitos deles arrimos de família foram tirados de casa para lutar em uma guerra estranha. Muitos, para tentar escapar do recrutamento, desertavam, porém, quando capturados eram submetidos a duras penalidades. As doenças, a fome e o frio levaram à morte muitos daqueles soldados, enquanto os responsáveis pela defesa, não efetuada, sequer foram punidos.